

EDUCANDO EM MEIO ÀS DIFERENÇAS GESTADAS COM A IDENTIDADE DE GÊNERO

Alex Sandro Batista do Nascimento¹

Dra. Tania Nunes Davi (Orientadora)

Resumo

A questão da identidade de gênero inicia-se com a percepção social do que é família e do papel que homens e mulheres devem exercer nessa instituição. A educação para a diversidade de gênero deve ficar atenta a esses constructos sociais. É preciso que os educadores se preparem, estudem mais sobre o assunto para que não haja discriminação, pois, a criança, às vezes, nem sabe o que ela quer, qual a sua identidade, mas precisa de apoio da família e da escola para não sofrer nenhum tipo de constrangimento ao brincar, ao vestir, ao expressar seus sentimentos. A escola não deve direcionar atitudes, mas deixar que aconteçam naturalmente, sem críticas, com respeito às diferenças entre as formas de ser de cada indivíduo, promovendo espaços e tempos que oportunizem as crianças trocar de papéis, brincar com bonecas e carrinhos, jogar futebol ou brincar de casinha – independente do gênero sexual com o qual nasceu. O objetivo dessa pesquisa foi sugerir projetos de aula que promovam a diminuição da discriminação quanto a identidade de gênero nos anos iniciais do Ensino Fundamental. As metodologias utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e a pedagogia de projetos. O papel da escola não é incentivar a definição precoce de identidade de gênero, mas mostrar que as diferenças existem, são construídas socialmente, que cada um deve ter liberdade de escolha e que essa escolha deve ser respeitada dentro do direito a diversidade e a cidadania.

Palavras chave: Identidade de gênero. Pedagogia de Projetos. Ensino Fundamental.

Abstract

The question of gender identity begins with the social perception of the family and the role that men and women should play in this institution. Education for gender diversity must be attentive to these social constructs. It is necessary for educators to prepare themselves, to study more on the subject so that there is no discrimination, because the child sometimes does not even know what he wants, what his identity, but he needs support from family and school not to suffer any kind of embarrassment when playing, dressing, expressing their feelings. The school should not direct attitudes, but let them happen naturally, without criticism, regarding the differences between the ways of being of each individual, promoting spaces and times that allow children to change roles, play with dolls and carts, play football or play house - regardless of the sex with which he was born. The objective of this research was to suggest classroom projects that promote the reduction of discrimination regarding gender identity in the initial years of

¹ Graduando do curso de Pedagogia da FUCAMP/FACIHUS, Monte Carmelo – MG. E-mail: sandro.181@hotmail.com

Elementary School. The methodologies used were bibliographic research and project pedagogy. The role of the school is not to encourage the early definition of gender identity, but to show that differences exist, are socially constructed, that each should have freedom of choice and that this choice must be respected within the right to diversity and citizenship.

Keywords: Gender identity. Pedagogy of Projects. Elementary School.

Justificativa

O tema da pesquisa aqui apresentada parte da discussão sobre diversidade de gênero e suas relações dentro do âmbito escolar. A diversidade de gênero envolve temas como: o respeito aos direitos humanos à diversidade de gênero e identidade sexual; a construção social do papel do homem e da mulher, com suas permanências e mudanças ao longo do tempo; as relações homo afetivas entre diferentes seguimentos (homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais, etc.); o preconceito contra aqueles que tem uma identidade de gênero diferente da maioria (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais). Nosso enfoque se voltou para a questão de como a escola pode trabalhar de forma positiva as questões de identidade de gênero nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Identidade de gênero é a dimensão da identidade de um sujeito que diz respeito a como ele ou ela se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade presentes em cada cultura e momento histórico, e como isso se traduz em sua prática social. A construção desta dimensão da identidade é um processo permanente, complexo e dinâmico realizado por todos os sujeitos. Esta identidade pode ou não corresponder à expectativa da maioria das pessoas e instituições com quem um sujeito tem de se relacionar na vida em sociedade, o que, aliado a processos de históricos de hierarquização nas relações sociais de gênero, faz com que a identidade de gênero de algumas pessoas seja reconhecida, enquanto a de outras, não. O conceito de identidade de gênero permite que se possa reconhecer o direito de cada pessoa à livre construção da sua personalidade na relação com as concepções de masculinidade e feminilidade disponíveis na cultura. Reitera também o direito ao próprio corpo. E se constitui conceito fundamental para compreender a experiência de pessoas travestis e transexuais - embora não se restrinja a elas. (DISPOSIÇÕES LEGISLATIVAS SOBRE, 2018, p. 09)

A questão da identidade de gênero inicia-se com a percepção social do que é família e do papel que homens e mulheres devem exercer nessa instituição. Em pleno século XXI, ainda existem muitas discriminações por partes de grupos conservadores sobre o conceito de família. Para eles a família só pode ser composta por pais/homens e mães/mulheres, juntamente com os

filhos que devem aprender seus papéis de homens e mulheres desde cedo no seio da família. Cabe a esse formato de família tradicionalista delimitar o papel social de ser menino ou menina, definindo e propagando o que é atitude de menina ou de menino, que chorar é coisa de menina, que o menino deve ser forte, que azul é a cor de menino e rosa a cor de menina, que menino brinca com carrinho e menina com boneca.

A educação para a diversidade de gênero deve ficar atenta a esses constructos sociais. É preciso que os educadores se preparem, estudem mais sobre o assunto para que não haja discriminação, pois, a criança, às vezes, nem sabe o que ela quer, qual a sua identidade, mas precisa de apoio da família e da escola para não sofrer nenhum tipo de constrangimento ao brincar, ao vestir, ao expressar seus sentimentos. A escola não deve direcionar atitudes, mas deixar que aconteçam naturalmente, sem críticas, com respeito às diferenças entre as formas de ser de cada indivíduo, promovendo espaços e tempos que oportunizem as crianças trocar de papéis, brincar com bonecas e carrinhos, jogar futebol ou brincar de casinha – independente do gênero sexual com o qual nasceu.

Pela nossa experiência escolar, percebemos que há uma falta de informação dentro do ambiente escolar para tratar da diversidade de identidades de gênero. A escola deveria ser um local de esclarecimento de dúvidas e, principalmente, de aprendizagens significativas, mas, infelizmente, na maioria das vezes, o que percebemos é o abandono, o silenciamento e a invisibilidade que as pessoas com identidade de gênero diferente da maioria sofrem na escola. A criança, quando começa a ter disforia de gênero² ou a se sentir diferente é abordada de forma errônea, mal interpretada ou ignorada por professores e colegas da turma. Mas ela necessita de apoio para a reformulação de seus pensamentos, com o intuito de amenizar o impacto do transtorno de papéis que a própria sociedade provoca. E, na maioria das vezes, a criança tem receio e dificuldades de aprendizagem ocasionados por críticas e traumas físicos e verbais que sofre de colegas.

O papel do professor e da escola não é achar engraçado a ação de desrespeito do colega sobre o outro aluno, ou ignorar que o bullying está acontecendo, que a criança está sofrendo ao ser discriminada, mas agir educativamente sobre esses acontecimentos de tal forma que leve ao

² Disforia de gênero é caracterizada por identificação forte e persistente com o gênero oposto; as pessoas acreditam que são vítimas de acidente biológico e estão cruelmente aprisionadas em um corpo incompatível com sua identidade de gênero subjetiva. Aqueles com a forma mais extrema da disforia de gênero são chamados transexuais. (Conceito disponível em: <<https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/transtornos-psiquiátricos/sexualidade,-disforia-de-gênero-e-parafilias/disforia-de-gênero-e-transexualismo>> Acesso em: 27 ago. 2018)

debate e reflexão sobre as diferenças de identidade de gênero e a necessidade do respeito às diferenças e as conquistas legais e sociais que a comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) conseguiu, pois são elas que constroem a cidadania plena, independente de gênero, etnia ou religião. Assim o papel da escola é assegurar os direitos de liberdade da identidade de gênero conquistados, intuito de promover cada vez mais o respeito à dignidade humana em sua integridade, sem a exclusão de qualquer classe distinta aos padrões estabelecidos durante a história da humanidade, e a busca do conhecimento de benefícios assegurados a qualquer pessoa Igualdade de direitos, e para uma sociedade livre do ódio da violência ou perseguição.

Objetivo geral

O objetivo do artigo foi sugerir projetos de aula que promovam a diminuição da discriminação quanto a identidade de gênero nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Discussão bibliográfica

A sexualidade é uma questão que deve estar em evidência dentro do ambiente educacional, porque a mesma pertence ao indivíduo, segundo Weeks (2007), a sexualidade é, na verdade, uma construção social, sendo este um dos motivos principais para que haja discussão aberta sobre o assunto incluindo os pais e os profissionais envolvidos na área da educação, independente da sua sexualidade este pode ser o caminho para a igualdade de gêneros como sugere Louro:

Essa presença da sexualidade [na escola] independe da intenção manifesta ou dos Discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de “educação sexual” da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir” (LOURO, 1997, p 81).

Cada indivíduo deve ser respeitado, independente da sua orientação sexual, raça, etnia, religiosidade ou qualquer outra forma diferente de pensar ou agir. As pessoas que não seguem a forma tradicional, nem sempre são bem-vindas na sociedade, por este motivo é necessário

ênfatizar o respeito pelas diferenças e o professor, no papel de mediador do conhecimento, tem uma função na transformação sócio cultural que leve o diferente a ser vistos com bons olhos.

No que se refere a sexualidade, Rios argumenta que:

Na ideologia e no sistema heterossexistas, mais do que uma questão de preferência ou orientações sexuais, o binômio heterossexualidade/homossexualidade é critério distintivo para o reconhecimento da dignidade dos sujeitos e para a distribuição dos benefícios sociais, políticos e econômicos. Isto porque o pertencimento a grupos inferiorizados implica a restrição, quando não a supressão completa e arbitrária de direitos e de oportunidades, seja por razões jurídico-formais, seja pelo puro e simples exercício da força física bruta ou em virtude dos efeitos simbólicos das representações sociais. (RIOS, 2009, p. 19)

A discussão sobre a orientação sexual não deve ser temida, pois este debate, quando feito com responsabilidade, tem o poder de modificar o preconceito e a homofobia³.

Muitas pessoas quando assumem a sua sexualidade tendem a ter medo de ir e vir por causa do preconceito que vem atravessando gerações, o mesmo acontece, muitas vezes, por que não houve um diálogo correto sobre o assunto. A inclusão das minorias de gênero sexuais exige, uma adequação na forma de trabalhar das/dos educadoras/es, buscando uma linguagem mais esclarecedora que resista a homofobia. Segundo Costa, é necessário partir de novos parâmetros para discutir a sexualidade pois,

continuar discutindo sobre “homossexualidade”, partindo da premissa de que todos somos “por natureza heterossexuais, bissexuais e homossexuais”, significa tornar-se cúmplice de um jogo de linguagem que se mostrou violento, discriminador, preconceituoso e intolerante, pois levou-nos a crer que pessoas humanas como nós são “moralmente inferiores” só pelo fato de sentirem atração por outras do mesmo sexo biológico. (COSTA, 1994, p. 121)

O educador, por sua vez, deve ter acesso ao assunto previamente para que tenha argumentos suficientes para conduzir a situação com responsabilidade, sem causar danos aos alunos e respeitando as posições de cada um. Muitos educadores ainda têm dificuldade de falar sobre sexualidade com os alunos ou associam esta visão como um assunto desnecessário para o contexto escolar, diante deste repúdio podem causar danos aos estudantes que ainda não conseguiram, por algum motivo, expor a sua sexualidade, seja no âmbito familiar ou social.

³ Homofobia é a modalidade de preconceito e de discriminação direcionada contra homossexuais.

Logo, a formação continuada do professor na área da sexualidade é fundamental para que o assunto seja tratado dentro da sala de aula com o cuidado que merece e com as informações médicas e psicológicas necessárias.

Durante muito tempo as escolas seguiam a visão religiosa, que tratava as pessoas com orientação sexual diferenciada como aberração, ou doentes que não tinham necessidade de respeito, mas sim de tratamento psicológico, ou até mesmo psiquiátrico. Atualmente esta realidade está mudando e as pessoas tem direito de escolher a sua orientação sexual, sem temer a opinião dos outros. Mas os grupos minoritários ainda sofrem com o bullying e a opressão de seus direitos garantidos na legislação brasileira. Para concretizar estes direitos e diminuir o preconceito e a discriminação, não só no ambiente escolar, mas em todos os ambientes sociais o caminho está na educação, sendo que, as crianças devem começar a se socializar e respeitar o direito do próximo, aumentando assim a eficácia do que está escrito na Constituição. Segundo Britzman,

Se os/as educadores/as quiserem ser eficazes em seu trabalho com todos/as os/as jovens, eles/elas devem começar a adotar uma visão mais universalizante da sexualidade em geral e da homossexualidade em particular. Assim, em vez de ver a questão da homossexualidade como sendo de interesse apenas para aquelas pessoas que são homossexuais, devemos considerar as formas como os discursos dominantes da heterossexualidade produzem seu próprio conjunto de ignorâncias tanto sobre a homossexualidade quanto sobre a heterossexualidade. (BRITZMAN, 1996, p. 92)

A escola, atualmente, tem o papel não apenas de transmitir conhecimentos, mas também de ensinar os educandos tornando-os cidadãos críticos e sociais, isso acontece por meio do processo educacional qualitativo. No que se refere a sexualidade a educação qualitativa deve buscar dezancaixar os esteriótipos dos papéis feminino e masculino, promover o direito a escolha sexual sem pressão social. O aluno não apenas deve conhecer o diferente, mas também respeitar as diferenças, para isso muitas leis foram criadas mas ainda precisam ser efetivamente aplicadas na prática social.

Uma das legislações inovadoras é a do uso do nome social que permite que os travestis ou transexuais possa ser reconhecidos com o nome pelo qual se sentem mais identificados e também ter, em seus documentos, o nome escolhido por ele, ou seja o que equivale a sua orientação, conhecido como nome social este decreto tem ajudado crianças e adolescentes na questão de ser quem realmente querem ser.

A legislação brasileira, por meio do Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, no seu artigo 1, parágrafo único, alínea I e II, considera que:

I - Nome social - designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida;

II - Identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento. (BRASIL, 2018)

Este foi um avanço na questão que envolve a LGBT, mas ainda temos que continuar a busca por direitos e respeito e a educação é um dos primeiros caminhos para que haja mudanças na forma de perceber e aceitar o outro. Quando o assunto é sexualidade parece que a sociedade brasileira vive de avanços e retrocessos, ainda mais na área da educação. Se de um lado é possível utilizar o nome social desde criança, por outro as diretrizes para o ensino da sexualidade sofreram um recuo já que na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), de 2017, a orientação sexual não apareceu como tema a ser discutido na Educação Infantil e nem no Ensino Fundamental. A ausência do tema pode levar as escolas e comunidades escolares a acreditarem que não precisam tratar do assunto em sala de aula, o que pode ser e criar problemas de convívio e aceitação do outro dentro e fora do ambiente escolar.

Metodologia de pesquisa

Este artigo teve como base teórica a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de projetos, estas metodologias nos auxiliaram na construção da pesquisa. Por meio da pesquisa bibliográfica podemos compreender as teorias relacionadas ao nosso tema, estes estudos foram realizados a partir de dados online e impressos. Na parte prática utilizamos a pedagogia de projetos.

Segundo Almeida (2018, p. 37)

Trabalhar com projetos tem sentido porque parte das questões de investigação. O aluno vai desenvolver estudos, pesquisar em diferentes fontes, buscar, selecionar e articular informações com conhecimentos que já possui para

compreender melhor essas questões, tentar resolvê-las ou chegar a novas questões. Esse processo implica o desenvolvimento de competências para desenvolver a autonomia e a tomada de decisões, as quais são essenciais para a atuação na sociedade atual, caracterizada por incertezas, verdades provisórias e mudanças abruptas.

Nesse contexto, o professor, no papel de mediador do conhecimento, deve buscar formas diferenciadas de instigar o interesse do aluno para que, no período que ele está pesquisando em grupo ou individualmente um determinado assunto, também se abra a possibilidade de questionar, fazer atividades em grupos, usar diferentes gêneros textuais, TICs (tecnologias da informação e comunicação) sempre com o propósito de solucionar uma situação problema inicial.

Projeto 1

Título: “Coisa de Menina” e “Coisa de Menino”: Meninas e meninos podem ser o que quiserem

Ano: 5º ano do Ensino Fundamental

Disciplinas: Arte, Língua Portuguesa

Material: Livro de literatura e outros materiais necessários para desenvolver o projeto

Introdução

Esse projeto surgiu para contrapor-se a algumas posições que a sociedade impõe as crianças desde pequenas: que meninas só devem brincar de boneca, vestir apenas rosa e meninos brincam só com carrinhos e devem vestir apenas azul. Essa construção social de papéis acaba por, a longo prazo, até definir a escolha de uma futura profissão. Quando a criança brinca com algo socialmente visto como de outro gênero ela pode ser vítima de bullying e não atingir todo o seu potencial de crescimento cognitivo e emocional. A inversão dos papéis, decorrente de brincar ou gostar de atividades que socialmente são associadas ao outro sexo só é problema na cabeça dos adultos, para as crianças é apenas uma forma de experimentação, de se colocar no lugar do outro.

Segundo psiquiatras, esse tipo de atividade (brincar ou se colocar no lugar do outro) faz parte do desenvolvimento infantil, não determinando nenhum tipo de comportamento ou orientação sexual. No entanto, o preconceito social ainda existe e muitos pais repreendem seus filhos devido as escolhas de brinquedos, esportes e vestuário que são socialmente caracterizados como de um ou de outro sexo.

Vendo essa realidade procuramos montar esse projeto partindo da premissa que os papéis sociais não precisam ser fixos, que a criança pode brincar com o brinquedo que tiver vontade, vestir a cor que quiser e, no futuro, exercer a profissão que bem entender. Retrabalhar os papéis sociais masculinos e femininos permite que a criança perceba que menino pode ser sensível, pode chorar, não precisa ser violento nem machista; que menina não precisa seguir apenas as profissões que são consideradas femininas, que exigem mais emotividade e afetividade.

Objetivo geral

Construir, junto com a criança, a consciência do respeito para com o colega independente do seu gênero, superando as imposições sociais sobre o que é ou não “coisa de menino” e “coisa de menina”, mostrando que o importante é desenvolver a sensibilidade e o potencial de cada um.

Desenvolvimento

1º Momento

Passar o vídeo “Rosa é cor de menina? Azul é cor de menino? - Começo de tudo”, disponível no youtube: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZGEu-F5yPoQ>>

Numa roda de conversa indagar sobre o que as crianças pensam sobre as cores predeterminadas para menina e menino; se gostam de outras cores e se gostariam de usar outras cores. Refletir sobre em que outras áreas existem predeterminações sobre como ser menina e como ser menino. Mostrar aos alunos que essas predeterminações são construções da sociedade e que precisamos quebrar os preconceitos para podermos ser felizes.

Levar para sala de aula brinquedos considerados típicos de cada sexo: carrinho, boneca, bola de futebol, etc. e pedir que os alunos escolham um brinquedo. Se cada um ficar na sua zona de conforto, ou seja, meninas escolherem bonecas e meninos carrinhos, pedir para que eles expliquem por que escolheram o brinquedo. A seguir pedir que devolvam os brinquedos a uma caixa fechada e fazer um sorteio às cegas dos brinquedos e perguntar se os meninos que ficaram com bonecas brincariam com elas e se as meninas brincariam com o carrinho. Explicar que brinquedos, como bola, carrinho, bonecas não definem quem somos ou seremos quando crescermos, eles são formas da sociedade diferenciar os gêneros e não devemos ter vergonha, preconceito ou fazer piadinhas dos meninos que gostam de brincar de casinha, das meninas que gostam de jogar futebol. Apontar que, na atualidade, os jogos de computador podem ser jogados

por qualquer gênero sem distinção e que jogos como amarelinha, pular corda, etc. são tanto de meninas quanto de meninos.

2º Momento

Propor a leitura dos livros “Coisa de menina”, para as meninas e “Coisa de menino”, para os meninos. Depois que cada grupo ler o livro trocar para que meninas leiam “Coisa de menino” e os meninos leiam “Coisa de menina”. Ambos os livros foram escritos por Pri Ferrari. Em “Coisa de menina” a autora procura mostrar que meninas podem exercer qualquer profissão que queiram e “Coisa de menino” enfatiza que os meninos podem ter sentimentos, fragilidades e fraquezas.



Imagem ilustrativa das capas dos livros. Acervo do aluno pesquisador, 2019.

3º Momento

Roda de conversa para discutir os livros, o que entenderam de cada um e direcionar as questões levantadas para o tópico profissões.

Questionar as crianças sobre o que eles pensam que querem ser quando crescerem e apontar que, antigamente, as profissões eram divididas por gênero, ou seja, existiam profissões apenas de homens e apenas de mulheres. Indagar se eles acham que isso é correto. Perguntar sobre a profissão do pai e da mãe dos alunos. Será que existem profissões em que apenas homens podem ser contratados ou apenas mulheres, ou será que hoje, com toda a tecnologia que temos essa diferença entre os sexos nas profissões está acabando?

Sugerir a escrita de uma redação com o tema: O que eu quero ser quando crescer... Nessa redação os alunos poderão apontar as profissões que acham mais interessantes e que, no momento, gostariam de seguir, justificando suas escolhas.

Socializar as redações por meio de um varal ou outra metodologia de exposição da produção dos alunos.

4º Momento

Sugerir uma pesquisa sobre as profissões que antes eram apenas masculinas e que agora também tem mulheres exercendo e vice-versa. Para tanto o professor pode levar os alunos para o laboratório de informática e dividi-los em grupos para pesquisar o tema. Sugestões de sites sobre o tema:

<<https://capricho.abril.com.br/vida-real/15-profissoes-machistas-ainda-dominadas-por-homens/>>

<<http://recordtv.r7.com/hoje-em-dia/videos/homens-que-exercem-profissoes-predominantemente-femininas-14102018>>

Socializar a pesquisa e propor que se faça um painel com as profissões que atualmente mulheres e homens podem exercer e que não são aqueles que até a pouco tempo eram exercidos tradicionalmente por mulheres e homens.



Imagem ilustrativa. Acervo do aluno pesquisador, 2019

Obs.: Os alunos devem fazer também um painel com as novas profissões masculinas como: manicure, diarista, professor de educação infantil, enfermeiro, dançarino de balé, babá, etc.

Depois de fazer a pesquisa e apresentar os painéis pedir aos alunos que releiam suas redações (feitas no início do projeto) e se questionem se, com os novos conhecimentos adquiridos, gostariam de mudar alguma das profissões escolhidas. Se algum aluno quiser acrescentar ou mudar uma profissão pedir para que refaça a redação.

5º Momento

Propor aos alunos que montem uma peça sobre as novas profissões de mulheres e homens. Essa peça pode ser uma encenação dos livros ou os próprios alunos podem montar diálogos, ou paródias que músicas que falem sobre as profissões. A peça ou musical deve ser ensaiada e contar com a colaboração dos pais para as fantasias. A apresentação da peça deve ser antecedida de uma visitação ao varal de redações e aos painéis das profissões.

Cronograma

O projeto foi pensado para ser desenvolvido em 3 semanas, mas pode demandar mais tempo dependendo da turma.

Avaliação

Os alunos devem ser avaliados quanto a sua participação na realização das atividades propostas, percebendo se eles trabalharam em equipe, se respeitaram os colegas e se adquiriram novos conhecimentos sobre as possibilidades de se escolher qualquer profissão que quiserem.

Projeto 2

Título: **Todos tem direito a um nome**

Ano: 5º ano do ensino Fundamental

Disciplinas: Língua Portuguesa, História, Arte.

Material: os materiais necessários ao desenvolvimento desse projeto.

Introdução

Esse projeto foi pensado para promover a valorização e respeito ao nome, sobrenome, apelido, para que os alunos respeitem colegas que usam nome social e que nem todas as pessoas gostam do seu nome ou de ter apelidos.

O nome social é uma realidade legal no Brasil e

é definido como a adoção/ adequação do senso de identificação do sujeito referenciando o nome que o representa, evitando a exposição desnecessária do indivíduo, o constrangimento de ser tratado de uma forma que não condiz com sua condição humana, psicológica, moral, intelectual, emocional e que não o representa. Tem por objetivo o reconhecimento social e individual segundo o Art. 16 do Código Civil, toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

Algumas entidades já regulamentaram o uso do nome social, independentemente da autorização judicial para troca de nome nos documentos civis de funcionários de órgãos públicos, tais como a Administração Pública Federal, regulado pelo Decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016, que “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”. (NOME SOCIAL, 2019, p. 01)

Ainda há muito preconceito hoje contra nomes diferentes, apelidos e nome social dentro da sala de aula, e cabe aos professores trabalhar e agir contra esse tipo de preconceito que pode produzir marcas na vida da criança.

Objetivo Geral

Desenvolver a consciência de que é direito de toda criança ter um nome e uma nacionalidade, assim como a necessidade de chamar o colega pelo nome que ele goste, pelo seu nome social ou apelido, pelo qual ele se sinta melhor permitindo o auto reconhecimento como sujeito importante que possui um nome que é só seu.

Desenvolvimento

1º Momento

O professor deverá disponibilizar para os alunos a imagem abaixo:



Imagem ilustrativa. Disponível em: < <http://www2.uol.com.br/ecokids/dircrian/dircri03.htm> > Acesso em: 02 abr. 2019

Realizar com a turma a leitura do 3º princípio da Declaração do Direito da Criança e do Adolescente. Explicar que esse direito foi criado para garantir a todos, o direito de ter um nome e uma nacionalidade. Conversar com a turma sobre o que isso significa. Apontar que o direito a um nome e nacionalidade se inicia no nascimento e quando a criança é registrada ele aparece em sua Certidão de Nascimento.

Pedir para responderem no caderno de história, as questões a seguir:

- Nome completo
- Nome do país onde nasceu
- Nacionalidade
- Significado do seu nome
- Quem escolheu o seu nome
- Você gosta do seu nome

A atividade deve ser enviada para casa pois, caso não saibam alguma resposta, podem pedir auxílio aos pais.

2º momento

Socializar as informações e passar vídeo: “3º princípio- Gente tem sobrenome – Canção dos direitos das Crianças”, disponível no youtube <<https://www.youtube.com/watch?v=Op37XBq23SE>>

Fazer uma roda de conversa sobre o vídeo: O que eles acharam? Apontar que nem todo mundo gosta do seu próprio nome e que esse é um motivo para usar apelidos e mudar de nome. Qual outros motivos levariam uma pessoa a mudar de nome? Apontar que algumas pessoas mudam de nome quando entram para o mundo da música, da televisão, ficam famosas ou mudam de gênero sexual. E que outras mudam de nome por não se identificar com o nome com o qual nasceram. Perguntar se conhecem alguém que usa um nome diferente; se eles gostariam de ter outro nome.

Pedir uma pesquisa sobre pessoas que usam nomes diferentes do nome real.

3º Momento

Socializar a pesquisa e fazer um painel com os nomes levantados apontando o nome real e o nome profissional.



Bruna Marquezine	Paolla Oliveira	Anitta
Nome real: Bruna de Reis Maia	Nome real: Caroline Paola Oliveira da Silva	Nome real: Larissa de Macedo Machado

Exemplo de painel com nome social e nome real de famosos. Aluno pesquisador, 2019

Apontar que os famosos, artistas, cantores, escritores, etc., mudam de nome assim como quem tem nomes muito diferentes e que não gostam de seus nomes. Trabalhar gênero textual: Tirinha

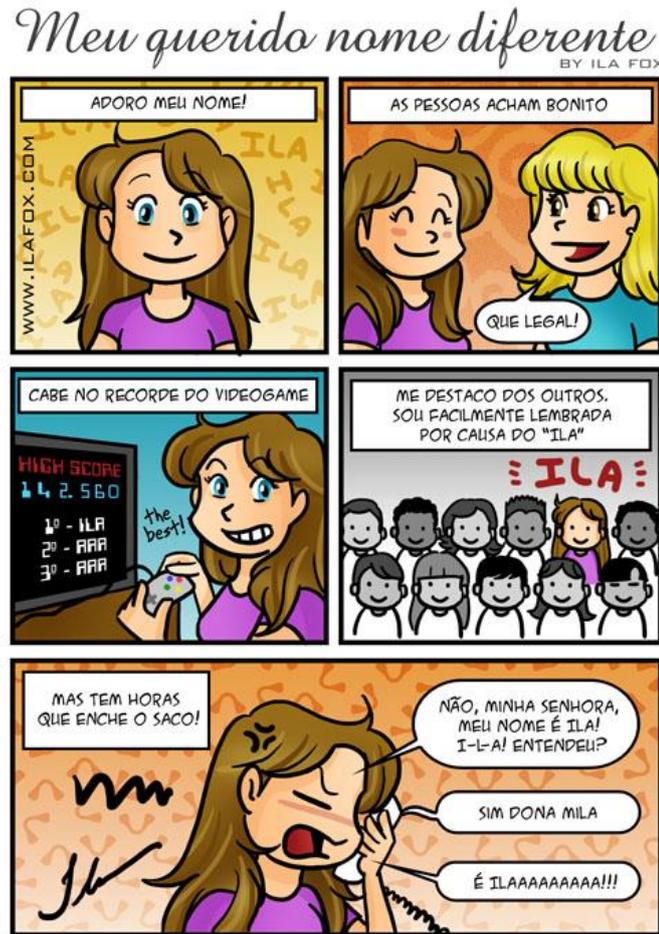


Imagem ilustrativa. Disponível em: <<http://www.ilafox.com/2010/04/meu-querido-nome-diferente.html>> Acesso em: 02 abr. 2019.

Fazer a leitura da tirinha. Discutir a tirinha: porque Ila acha o nome dela querido e diferente. Pedir para responderem: Que outro nome gostariam de ter?

Propor a brincadeira de escolher um nome diferente do seu gênero: os meninos escolhem um nome de menina e as meninas de menino. E se pudessem escolher um apelido, qual seria? Durante a brincadeira as crianças podem cantar a música “O nome dela é Jenifer” e ir trocando o nome da protagonista da música a medida que cada criança for escolhendo um nome de menina ou de menino para si.

Nessas atividades é importante que o professor argumente a necessidade de respeitar o outro quando ele não gosta do seu nome ou apelido e mostrar que nomes podem mudar.

4º Momento

Criar uma tirinha sobre seu nome real e qual nome de menina/menino e apelido gostariam de ter. Essa atividade pode ser feita em grupos no laboratório de informática. As tirinhas depois de corrigidas e ilustradas podem ser divulgadas no blog da escola.

Cronograma

O projeto poderá ser trabalhado em 2 semanas letivas, dependendo do rendimento da turma, poderá ser prolongado.

Avaliação

O professor deverá observar se os alunos estão participando das atividades propostas, com o objetivo de auxiliá-los no processo ensino aprendizagem, a avaliação poderá ser feita em todos os momentos em sala de aula, percebendo se trabalharam em equipe, se respeitaram os colegas, e se compreenderam a importância do nome, sobrenome, apelido.

Referências

NOME SOCIAL. Disponível em: <<http://prceu.usp.br/uspdiversidade/nome-social/>> Acesso em: 02 abr. 2019.

Considerações finais

Esse artigo contribuiu para percebermos que, apesar do tema ter ramificações vastas, ele deve e pode ser trabalhado nos anos iniciais do Ensino Fundamental, respeitando a faixa etária das crianças e criando momentos e espaços para a reflexão sobre a necessidade de diminuir o preconceito contra aqueles que são diferentes. O papel do professor, nesse contexto, é estar mais atento, ter um olhar de alteridade ao que está se passando na vida das crianças dentro e fora da escola pois, a maioria das violências que acontecem, vem do preconceito, do bullying e do desconhecimento sobre a realidade da identidade de gênero.

Alguns acreditam que tratar da identidade de gênero nos anos iniciais é promover um conhecimento antecipado e forçar crianças a se definirem sexualmente muito cedo, mas a questão é que elas tem acesso a essas discussões via internet e se não forem direcionadas a pensar, a refletir e a se conhecer acabam sofrendo ou se identificando porque é moda e não porque sua identidade de gênero está definida. Outros desenvolvem sentimentos de preconceito contra identidades de gênero que não são as dominantes na sociedade e cometem bullying com aqueles colegas que cedo ou tarde passam pela trajetória de definição de identidade de gênero.

Nesse contexto o papel da escola não é incentivar a definição precoce de identidade de gênero, mas mostrar que as diferenças existem, que são construídas socialmente, que cada um

deve ter liberdade de escolha e que essa escolha deve ser respeitada dentro do direito a diversidade e a cidadania.

Referências

ALMEIDA, M.E.B. de. **Como se trabalha com projetos** (Entrevista). Revista TV ESCOLA. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, nº 22, março/abril, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/revistas/Revista22/PDF/entrevista.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm> Acesso em: 20 set. 2018.

BRITZMAN, D. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

COSTA, J.F. **A ética e o espelho da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DISPOSIÇÕES LEGISLATIVAS SOBRE gênero na educação. Guia prático para escolas e educadoras/es. Disponível em: <<http://generoeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Gênero-na-educação-dispositivo-legais-3.pdf>> Acesso em: 27 ago. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997

_____, _____. **Currículo, gênero e sexualidade: o “normal” o “diferente” e o “excêntrico”**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. **Pedagogia de projetos: fundamentos e implicações**. Disponível em: <http://www.virtual.ufc.br/cursouca/modulo_4_projetos/conteudo/unidade_1/Eixo1-Texto18.pdf> Acesso em: 24 set. 2018.

RIOS, Roger Raupp. Homofobia na perspectiva dos Direitos Humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.) **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC, UNESCO, 2009.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.